



# **APLICAÇÃO DE PRODUTOS FITOFARMACÊUTICOS**

## **Lei nº26/2013 de 11 de abril**

**Paula Mourão**

**Divisão de Gestão e Autorização de Produtos  
Fitofarmacêuticos**

**Direção de Serviços de Meios de Defesa Sanitária**

Seminário sobre "APLICAÇÃO DE PRODUTOS FITOFARMACÊUTICOS E A INSPEÇÃO DE PULVERIZADORES", 12 de outubro de 2015.

# ENQUADRAMENTO LEGISLATIVO

- **Decreto-Lei n.º 187/2006, de 19 de setembro**, que estabelece as condições e procedimentos de segurança, no âmbito dos sistemas de gestão de resíduos de embalagens e de resíduos de excedentes de produtos fitofarmacêuticos.
- **Decreto-Lei n.º 101/2009, de 11 de maio** que regula o uso não profissional de produtos fitofarmacêuticos em ambiente doméstico, estabelecendo condições para a sua autorização, venda e aplicação.
- **Lei n.º 26/2013, de 11 de abril**, que regula as atividades de distribuição, venda e aplicação de produtos fitofarmacêuticos para uso profissional e de adjuvantes de produtos fitofarmacêuticos e define os procedimentos de monitorização à utilização dos produtos fitofarmacêuticos, transpondo a Diretiva no 2009/128/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 21 de outubro, que estabelece um quadro de ação comunitário para uma utilização sustentável dos pesticidas, e revogando a Lei no 10/93, de 6 de abril, e o Decreto-Lei no 173/2005, de 21 de outubro.

# PRODUTOS FITOFARMACÊUTICOS



## Uso não profissional

**Decreto-Lei n.º 101/2009, de 11 de maio**

**Domínio da aplicação – ambiente doméstico – plantas de interior, hortas e jardins familiares**

**Horta familiar:**

- Área não superior a 500 m<sup>2</sup>
- Produção destinada a auto-consumo
- Não sujeito a controlo de resíduos

- Produtos prontos a usar
- Embalagens com capacidade ou peso 1L ou 1 kg
- Embalagens com a menção «uso não profissional» e «linha plantas de interior»
- Fecho de segurança para crianças

**Sem obrigatoriedade de formação**

**Sem necessidade de instalação de armazém**

**Vendidos em locais não destinados exclusivamente a estes produtos (sem necessidade de licenciamento)**

# PRODUTOS FITOFARMACÊUTICOS

## Uso Profissional

Lei n.º 26/2013, de 11 de abril

**Domínio de aplicação** – exploração agrícola / florestal; zonas urbanas, zonas de lazer e vias de comunicação; **Ambiente confinado** (armazém cereais)

No rótulo contém frases:

**ESTE PRODUTO DESTINA-SE A SER UTILIZADO POR AGRICULTORES E OUTROS APLICADORES DE PRODUTOS FITOFARMACÊUTICOS**

**PARA EVITAR RISCOS PARA A SAÚDE HUMANA E PARA O AMBIENTE RESPEITAR AS INSTRUÇÕES DE UTILIZAÇÃO**

**MANTER FORA DO ALCANCE DAS CRIANÇAS**

**Formação específica obrigatória**

**Instalação de armazenamento**

**Vendidos em Estabelecimentos exclusivos e licenciados**





# DOMÍNIOS DE APLICAÇÃO DE PRODUTOS FITOFARMACÊUTICOS



Empresas  
Aplicação  
Aérea

Agricultores/  
aplicadores



Aplicadores  
Especializados

Empresas  
Aplicação  
Terrestre



Empresários  
individuais

Entidades  
autorizadas



# Registos das aplicações

## REGISTO DAS APLICAÇÕES DE PRODUTOS FITOFARMACÊUTICOS (artigo 17.º da Lei n.º 26/2013)

### Identificação do Agricultor:

Nome \_\_\_\_\_

### Identificação da Exploração:

Concelho \_\_\_\_\_ Freguesia \_\_\_\_\_

Produto fitofarmacêutico		Estabelecimento de Venda 1)		Data aplic. / local	Dose (ha) / concent. (hl)	Volume de calda	Área a tratar m² / ha	Cultura / Espécie florestal	Inimigo visado / efeito a atingir
Nome comercial	N.º Autoriz. Venda	Nome	N.º						

1) Estabelecimento de venda onde o produto foi adquirido.

Nome do aplicador .....  
N.º do aplicador .....

Data: \_\_\_\_ / \_\_\_\_ / \_\_\_\_

## Anexo III – Manuseamento e preparação de caldas e limpeza do equipamento de aplicação

























Zonas urbanas

Vias de Comunicação



Zonas de lazer

**R43**: Pode causar sensibilização em contacto com a pele  
**H317**: Pode provocar uma reação alérgica cutânea.

## ALTERAÇÃO AO PONTO 1, DO ARTIGO 32º DA LEI 26/2013

**«1 - Sem prejuízo do disposto no número seguinte, em zonas urbanas e de lazer é proibida a aplicação de produtos fitofarmacêuticos classificados com a palavra sinal “Perigo” e, com os seguintes pictogramas:**

Um PF com este pictograma provoca um ou mais dos seguintes efeitos:

- **É cancerígena**
- **Afeta a fertilidade e o nascituro**
- **Provoca mutações**
- **É sensibilizante respiratório, podendo provocar alergias, asma ou dificuldades respiratórias quando inalado**
- **É tóxica para órgãos específicos**
- **Perigos de aspiração, pode ser fatal ou nociva por ingestão ou penetração nas vias respiratórias**



**e também quando os mesmos forem classificados com as seguintes frases:**

**H317** Pode provocar uma reação alérgica cutânea e/ou

**H373** Pode afetar os órgãos após exposição prolongada ou repetida e/ou

**H334** Quando inalado pode provocar sintomas de alergia ou de asma ou dificuldades respiratórias.



**SPe4: Para proteção [dos organismos aquáticos/das plantas não visadas], não aplicar este produto em superfícies impermeáveis como asfalto, betão, empedrados [linhas de caminho de ferro] nem em qualquer outra situação em que o risco de escurrimentos seja elevado.**

**Vias de Comunicação**

**SPe2: Para proteção [dos organismos aquáticos/das águas subterrâneas], não aplicar este produto em solos (precisar a situação ou o tipo de solo).**

**Podem surgir outras frases de segurança tendo em conta o comportamento do produto no ambiente e o seu potencial de mobilidade e ou toxicidade para organismos aquáticos.**



# EMPRESAS DE APLICAÇÃO versus ENTIDADES AUTORIZADAS

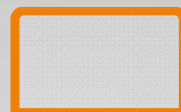
- Empresas prestadora de serviços de aplicação terrestre (prestam serviços a outrem)

Todos os domínios

## Requisitos:

- Instalações exclusivas adequadas
- 1 Técnico Responsável habilitado
- Aplicadores habilitados
- Equipamentos de aplicação de PF
- Equipamento proteção individual
- **Apólice do seguro de responsabilidade civil**
- Anexo III

- Entidades autorizadas a aplicar (serviços próprios – sem recurso a empresa)



Zonas urbanas



Zonas de lazer



Vias de comunicação



## Requisitos:

- Instalações exclusivas adequadas
- 1 Técnico Responsável habilitado
- Aplicadores habilitados
- Equipamento de aplicação de PF
- Equipamento de proteção individual
- Anexo III



# Armazenamento de Produtos Fitofarmacêuticos

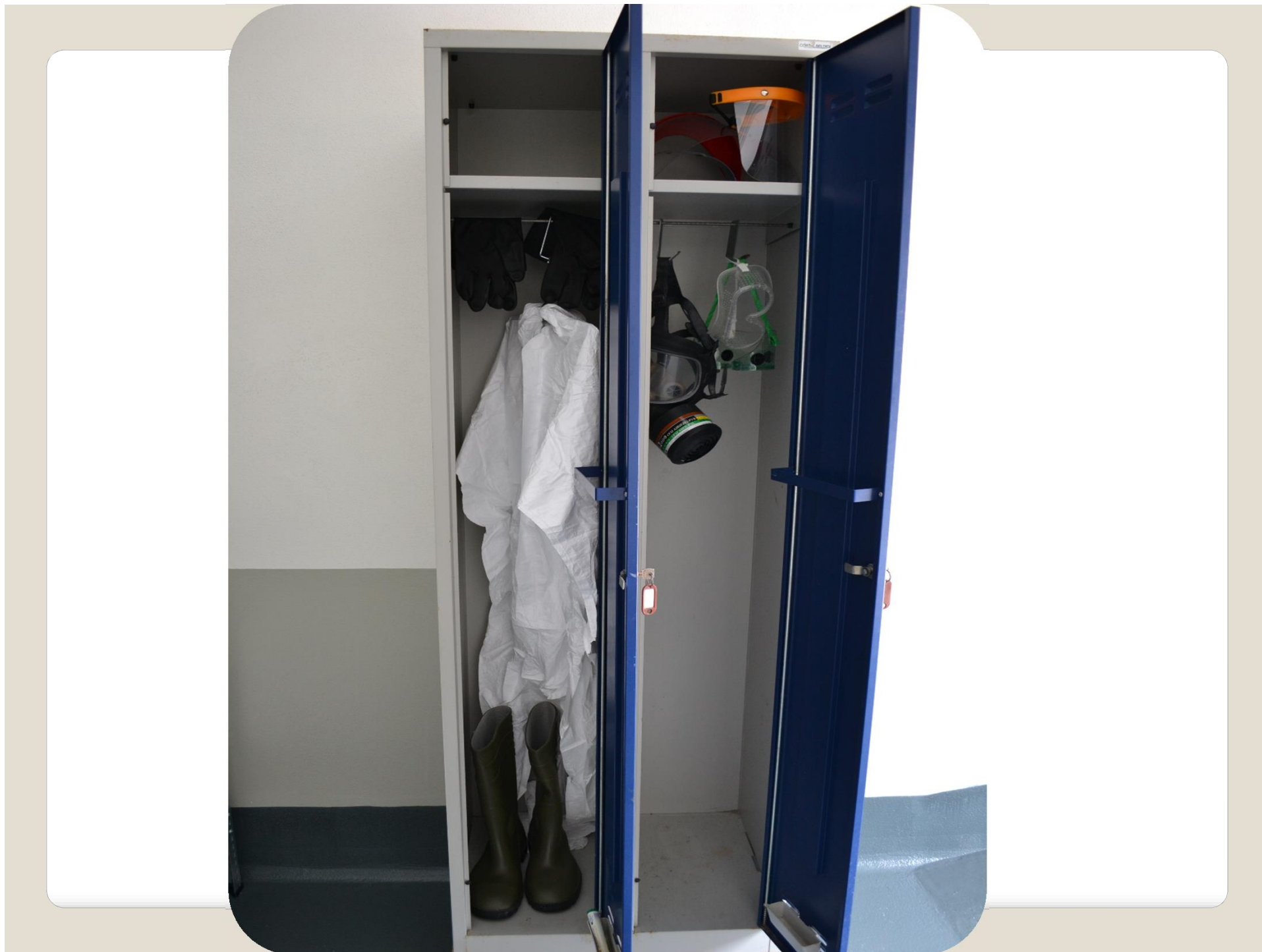




## ARMAZENAMENTO PF NAS EXPLORAÇÕES AGRÍCOLAS/FLORESTAIS







# Centros Integrados de Recuperação, Valorização e Eliminação de Resíduos Perigosos (CIRVER)

*Os resíduos de excedentes de produtos fitofarmacêuticos devem ser encaminhados para valorização ou eliminação pelos seus detentores através do recurso a sistemas de gestão de resíduos perigosos devidamente licenciados. (n<sup>os</sup> 1 e 2 do art<sup>o</sup> 8<sup>o</sup> do Dec-Lei n.º 187/2006)*

Deve adquirir a Guia de Acompanhamento de resíduos n.º 1428 – código 1001058, numa papelaria ou no site da Casa da Moeda:  
[https://www.incm.pt/portal/loja\\_lista.jsp?pesquisa=Guia+de+acompanhamento&tipo=05&autor=&colec=&organ=&sort=data](https://www.incm.pt/portal/loja_lista.jsp?pesquisa=Guia+de+acompanhamento&tipo=05&autor=&colec=&organ=&sort=data)

Entidade	Morada	Telefone	Fax
<b>CIRVER ECODEAL</b>	Rua Pinhal Manso - Carregueira 2140 PINHEIRO GRANDE	(351) 249 749 030	(351) 249 749 039
<b>CIRVER SISAV</b>	Rua Cabeço do Seixo – Eco Parque do Relvão 2140-671 CARREGUEIRA	(351) 249 000 500	(351) 249 000 509
<b>ECOPATROL - Controlo e Protecção Ambiental, Lda.</b>	Avenida do Rio Tejo, Lote 44, Parque Industrial da Sapec Bay, Apartado 2044. 2911-801 Setúbal	(351) 265 720 030	(351) 265 720 039

## MODELO DE AVISO

(nos termos da alínea e) do ponto 4 do artigo 32º da Lei nº 26/2013 de 11 de abril)

Comunica a (Entidade responsável) \_\_\_\_\_ que irá proceder à aplicação terrestre de produto(s) fitofarmacêutico(s), com o(s) nome(s) comercial(ais) \_\_\_\_\_, e autorização de venda n.º(s) \_\_\_\_\_, para controlo de infestantes/pragas/doenças (riscar o que não interessa), no(s) dia(s) \_\_\_\_a\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_(mês) de \_\_\_\_ano), no período das \_\_\_\_\_às\_\_\_\_\_ horas.

Deverá ser respeitado um período de reentrada no local tratado de 24 horas/\_\_\_\_ horas/dias (riscar o que não interessa) após o(s) tratamento(s).

Assim, informa-se a população em geral, bem como os portadores de animais de companhia, que ao circularem pelas áreas tratadas, o façam com a devida precaução.

Data: \_\_\_\_ / \_\_\_\_ / \_\_\_\_

Carimbo da Entidade Responsável

Entidade responsável pelo tratamento:

Nome: \_\_\_\_\_

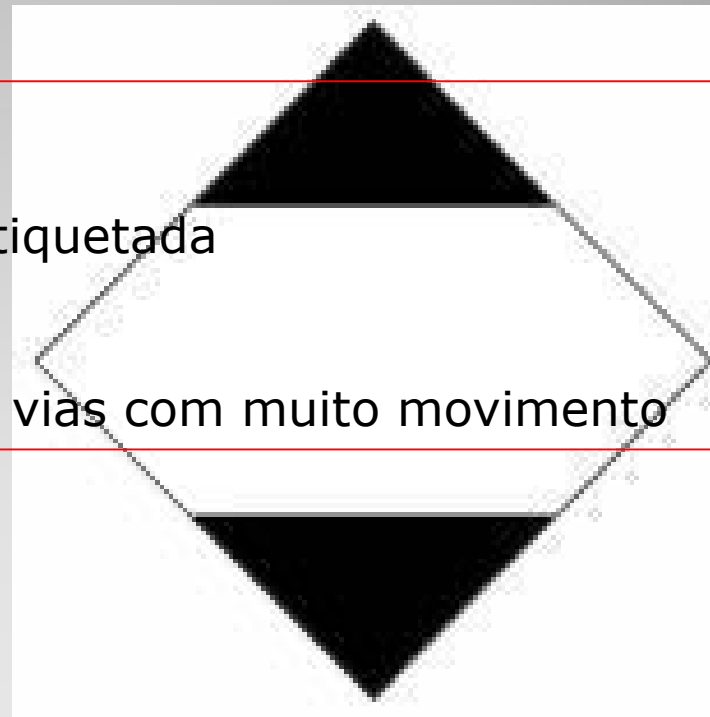
Endereço: \_\_\_\_\_

N.º de telefone: \_\_\_\_\_

# Transporte ao abrigo das isenções parciais IMT

## Não dispensa:

- classificação da mercadoria
- embalagem aprovada, marcada e etiquetada
- **um extintor de 2kg**
- **documento de transporte**
- evitar passar por centros urbanos e vias com muito movimento



### • Critério:

- ✓ só se aplica a mercadorias embaladas
- ✓ não transportar embalagens abertas, furadas ou com fugas
- ✓ em transporte sem cobertura própria, proteger os produtos com uma cobertura
- ✓ antes de carregar, retirar os pregos e metais salientes ou lascas de madeira, porventura existentes
- ✓ não transporte os produtos fitofarmacêuticos junto de pessoas, animais, alimentos, rações



# Transporte ao abrigo das isenções IMT

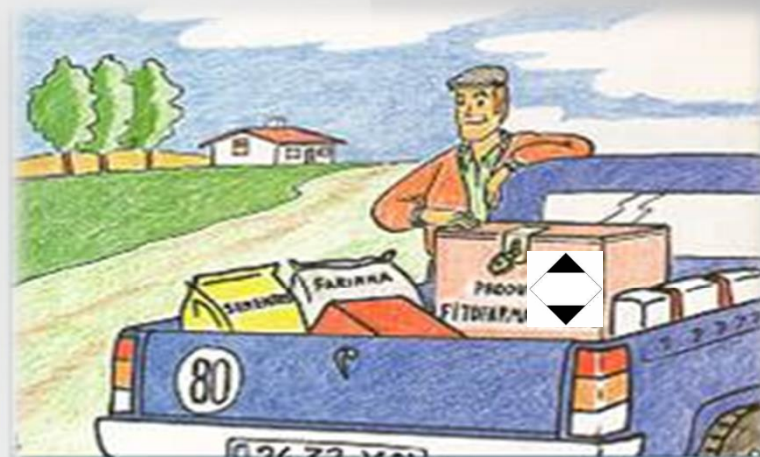
Transporte em quantidades limitadas (LQ)

Embalagens combinadas ao abrigo das isenções

pb máx. 30kg



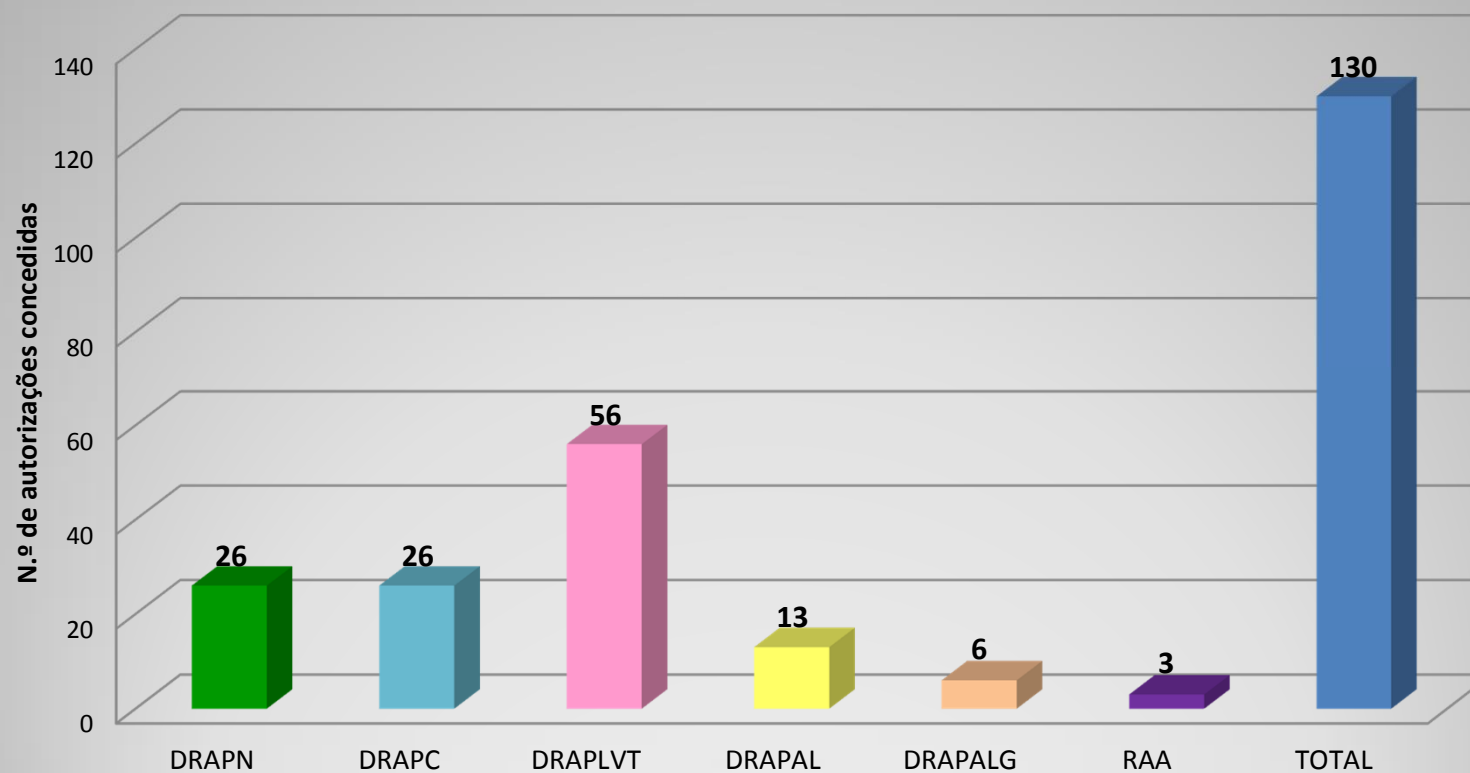
pb máx. 20kg



Ao transportar os produtos fitofarmacêuticos tenha o cuidado de os manter devidamente isolados dos produtos alimentares, evitando assim qualquer contaminação.

# EMPRESAS PRESTADORAS DE SERVIÇOS DE APLICAÇÃO TERRESTRE

Empresas prestadoras de serviço de aplicação terrestre de PF  
(31 ago 2016)





# ENTIDADES AUTORIZADAS A APLICAR EM ZONAS URBANAS, ZONAS DE LAZER E VIAS DE COMUNICAÇÃO

## Entidades autorizadas a aplicar PF (ZU/ZL/VC)

(31 agosto 2016)



# CONTRAORDENAÇÕES

COIMAS -> 250 € a 5 000 € pessoa singular

COIMAS -> 500 € a 22 500 € pessoa coletiva

- **Incumprimento dos deveres do técnico responsável.**
- Não afixação da AEA e da identificação do técnico responsável.
- Falta de registo, **pelos aplicadores**, de quaisquer tratamentos efetuados com PF, bem como a não manutenção desses registos (art. 17.º).
- Falta de registo, **pelo TR ou pelas empresas de aplicação terrestre**, de quaisquer tratamentos efetuados com PF, bem como a não manutenção desses registos (art. 20.º).
- Falta de registo, **pelo TR ou pelas empresas de aplicação terrestre**, de quaisquer tratamentos efetuados com PF, bem como a não manutenção desses registos (art. 30.º).
- Não disponibilização pelas empresas de distribuição, estabelecimentos de venda, **empresas de aplicação**, entidades autorizadas **e utilizadores profissionais**, da documentação comprovativa da conformidade.

# CONTRAORDENAÇÕES

COIMAS -> 500 € a 10 000 € pessoa singular  
COIMAS -> 750 € a 44 500 € pessoa coletiva

- **A aplicação de produtos fitofarmacêuticos não autorizados pela DGAV ou aplicações que não respeitem as indicações e condições autorizadas pela DGAV.**
- **A aplicação de produtos fitofarmacêuticos por quem não comprove, a partir de 26 nov 2015, possuir identificação de aplicador habilitado.**
- **A aplicação de produtos fitofarmacêuticos sem que estejam reunidas as condições de segurança mínimas.**
- A aplicação de produtos fitofarmacêuticos que não seja antecedita de comunicação aos apicultores.
- **O EA de prestação de serviços de aplicação terrestre de produtos fitofarmacêuticos sem a autorização ou a renovação da autorização.**
- Não comunicação de alterações às condições exigidas para a AEA de prestação de serviços de aplicação terrestre de produtos fitofarmacêuticos , após a sua concessão



# CONTRAORDENAÇÕES

COIMAS -> 500 € a 10 000 € pessoa singular  
COIMAS -> 750 € a 44 500 € pessoa coletiva

- **O não cumprimento dos deveres pelo TR das empresas de aplicação terrestre.**
- **O armazenamento ou manuseamento de produtos fitofarmacêuticos nas explorações agrícolas, em instalações não conformes.**
- A aplicação de produtos fitofarmacêuticos em zonas urbanas, zonas de lazer e em vias de comunicação sem as autorizações previstas, bem como o não cumprimento da manutenção das condições exigidas para esta autorização.
- O não cumprimento dos deveres pelo TR nas Entidades autorizadas a aplicar.
- A aplicação de produtos fitofarmacêuticos não autorizados ou a aplicação de PF em zonas urbanas, zonas de lazer e em vias de comunicação que não cumpram as restrições gerais e medidas de redução do risco, que a Lei observa (arts. 15.º, 16.º, 31.º e 32.º).
- A aplicação de produtos fitofarmacêuticos em zonas urbanas, zonas de lazer e em vias de comunicação por aplicador que não se encontre habilitado e identificado.



GOVERNO DE  
PORTUGAL

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA  
E DO MAR

**Muito obrigada pela atenção  
dispensada!**

Maria Paula Mourão

*Direção de Serviços de Meios de Defesa Sanitária  
paulamourao@dgav.pt*

**dgav**  
Direção Geral  
de Alimentação  
e Veterinária